



Escola de Administração Fazendária



Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda

Concurso Público - 2010

(Edital SMF n. 01, de 16/7/2010)

Gabarito

1

Cargo:

Fiscal de Rendas

Prova 2

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
3. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto **não** o rasure nem o amasse.
4. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“O essencial não é ter vencido, mas ter lutado bem.”
5. **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
6. Na prova há **70 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
7. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica transparente (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
8. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
9. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
10. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
11. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.6 do edital regulador do concurso.
12. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova.
A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
13. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

CONTABILIDADE GERAL

1 - Assinale abaixo a única opção que contém uma afirmativa verdadeira.

- a) Pelo princípio da continuidade, a entidade deverá existir durante o prazo estipulado no contrato social e terá seu Patrimônio contabilizado a Custo Histórico.
- b) Para obedecer o princípio contábil da prudência, quando houver duas ou mais hipóteses de realização possível de um item, deve ser utilizada aquela que representar um maior ativo ou um menor passivo.
- c) Segundo o princípio da competência, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que, efetivamente, ocorrerem os recebimentos ou pagamentos respectivos.
- d) O princípio da oportunidade determina que os registros contábeis sejam feitos com tempestividade, no momento em que o fato ocorra, e com integralidade, pelo seu valor completo.
- e) Existe um princípio contábil chamado "Princípio da Atualização Monetária" que reconhece que a atualização monetária busca atualizar o valor de mercado e não o valor original; por isso, não se trata de uma "correção", mas apenas de uma "atualização" dos valores.

2 - Assinale abaixo a única opção que contém uma afirmativa falsa.

- a) A finalidade da Contabilidade é assegurar o controle do patrimônio administrado e fornecer informações sobre a composição e as variações patrimoniais, bem como sobre o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins.
- b) A Contabilidade pode ser conceituada como sendo "a ciência que estuda, registra, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades com fins lucrativos ou não".
- c) Pode-se dizer que o campo de aplicação da Contabilidade é a entidade econômico-administrativa, seja ou não de fins lucrativos.
- d) O objeto da Contabilidade é definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculado a uma entidade econômico-administrativa.
- e) Enquanto a entidade econômico-administrativa é o objeto da Contabilidade, o patrimônio é o seu campo de aplicação.

3 - A empresa Varejo Comercial Ltda. opera sem controle permanente de estoque e, em 10 de março de 2009, efetuou adiantamento a fornecedores no valor de R\$ 90.000,00, com vistas à futura aquisição de matérias-primas.

Quando, em 05 de abril, a empresa receber as matérias-primas, com ICMS de 12%, e liquidar a operação, deverá contabilizá-la com o seguinte lançamento:

- a)

D - Matérias-Primas – Estoques	R\$ 79.400,00	
D - ICMS a Recuperar	R\$ 10.600,00	
C - Adiantamentos a Fornecedores		R\$ 90.000,00
- b)

D - Adiantamentos a Fornecedores	R\$ 79.400,00	
D - ICMS a Recuperar	R\$ 10.600,00	
C - Matérias-Primas – Estoques		R\$ 90.000,00
- c)

D - Matérias-Primas – Estoques	R\$ 90.000,00	
C - Adiantamentos a Fornecedores		R\$ 90.000,00
- d)

D - Matérias-Primas – Estoques	R\$ 90.000,00	
C - ICMS a Recuperar		R\$ 10.600,00
C - Adiantamentos a Fornecedores		R\$ 79.400,00
- e)

D - Adiantamentos a Fornecedores	R\$ 90.000,00	
C - Matérias-Primas – Estoques		R\$ 79.400,00
C - ICMS a Recuperar		R\$ 10.600,00

4 - A firma Armazém Prá-lá-de-bom Ltda. controla seus estoques de forma permanente, com avaliação contábil pelo critério UEPS e, no mês de abril, teve a seguinte movimentação com mercadorias, isentas de tributação e negociadas à vista:

- 1 / estoque inicial de 35 unidades a R\$ 10,00 cada uma;
- 2 / entrada de 30 unidades a R\$ 15,00 cada uma;
- 3 / venda de 40 unidades a R\$ 20,00 cada uma;
- 4 / entrada de 25 unidades a R\$ 18,00 cada uma; e, por último;
- 5 / saída de 20 unidades a R\$ 20,00 cada uma.

No fim do período, ao ser computado o estoque, certamente, vamos encontrar o seu valor contábil avaliado em:

- a) R\$ 300,00.
- b) R\$ 340,00.
- c) R\$ 454,80.
- d) R\$ 500,00.
- e) R\$ 525,00.

5 - A Cia. das Máquinas S/A faz seus balanços considerando um exercício coincidente com o ano calendário. Nesse exercício, a conta Máquinas e Equipamentos apresenta um saldo devedor de R\$ 900.000,00.

A empresa utiliza contabilização mensal dos encargos de depreciação e uma taxa anual de 12%, para os cálculos.

Entre os equipamentos, R\$ 400.000,00 foram comprados em abril de 2008; R\$ 300.000,00 foram comprados em abril de 2009 e o restante, em agosto de 2009.

Ao encerrar o ano de 2009, na Demonstração do Resultado do Exercício, os encargos de depreciação com esses equipamentos terão o valor de

- a) R\$144.000,00.
- b) R\$121.000,00.
- c) R\$108.000,00.
- d) R\$ 85.000,00.
- e) R\$ 60.000,00.

6 - A Companhia das Lavras recebeu um título de 6.500,00 fora da data de vencimento e, por isso, cobrou encargos financeiros de 6%. O recebimento ocorreu em cheque do Banco do Brasil S/A.

Ao contabilizar o evento, a Companhia das Lavras deverá fazer o seguinte lançamento:

- a) Bancos conta Movimento
a Diversos
a Títulos a Receber 6.500,00
a Receitas Financeiras 390,00 6.890,00
- b) Caixa
a Diversos
a Títulos a Receber 6.500,00
a Receitas Financeiras 390,00 6.890,00
- c) Diversos
a Bancos conta Movimento
Títulos a Receber 6.500,00
Receitas Financeiras 390,00 6.890,00
- d) Diversos
a Títulos a Receber
Caixa 6.110,00
Receitas Financeiras 390,00 6.500,00
- e) Bancos conta Movimento
a Títulos a Receber 6.890,00

7 - A seguinte relação de contas e saldos foi extraída do livro Razão de determinada empresa, no dia do encerramento do exercício social:

<u>C o n t a s</u>	<u>s a l d o s</u>
Caixa	100,00
Capital Social	300,00
Clientes	140,00
Aluguéis a Receber	40,00
Aluguéis Ativos	65,00
Duplicatas a Receber	160,00
Mercadorias	180,00
ICMS a Recuperar	30,00
IPI a Recolher	15,00
Despesas a Pagar	35,00
Móveis e Utensílios	200,00
Receitas de Vendas	220,00
Veículos	350,00
Despesas a Vencer	60,00
Receitas a Receber	80,00
Aluguéis Passivos	50,00
Salários	70,00
Fornecedores	280,00
Provisão p/Ajuste de Estoques	18,00
Provisão p/Imposto de Renda	62,00
Duplicatas a Pagar	230,00
Duplicatas Descontadas	70,00
Aluguéis a Pagar	25,00
Depreciação Acumulada	110,00
Custo das Mercadorias Vendidas	120,00
Reserva Legal	50,00
Somatório	3.060,00

Ao elaborar um balancete de verificação com as contas acima, podemos ver que:

- a) o balancete está fechado com o saldo de R\$ 1.530,00.
b) o balancete não fecha, pois o saldo devedor é R\$ 200,00, a maior.
c) o saldo credor é de apenas R\$ 1.465,00.
d) o saldo devedor é de apenas R\$ 1.382,00.
e) para fechar o balancete, faltam R\$ 100,00 no crédito.

8 - A empresa Mercantil Varejista S/A mandou elaborar o balanço de 2009 com base nos seguintes saldos contábeis, aqui demonstrados em ordem alfabética:

Área para rascunho

<u>Contas</u>	<u>saldos</u>
Aluguéis Ativos	195,00
Aluguéis a Pagar	75,00
Aluguéis a Receber	120,00
Aluguéis Passivos	150,00
Caixa	300,00
Capital Social	1.200,00
Clientes	420,00
Custo das Mercadorias Vendidas	360,00
Depreciação Acumulada	330,00
Despesas a Pagar	105,00
Despesas a Vencer	180,00
Duplicatas a Pagar	690,00
Duplicatas a Receber	480,00
Duplicatas Descontadas	210,00
Fornecedores	840,00
ICMS a Recuperar	90,00
IPI a Recolher	45,00
Mercadorias	540,00
Móveis e Utensílios	600,00
Provisão p/Ajuste de Estoques	54,00
Provisão p/Imposto de Renda	186,00
Receitas a Receber	240,00
Receitas de Vendas	660,00
Reserva Legal	150,00
Salários	210,00
Veículos	<u>1.050,00</u>
Somatório	9.480,00

Apurado o resultado do exercício, a empresa destinou um terço para imposto de renda e dois terços para reserva de lucros.

Ao elaborar o balanço patrimonial com base nas contas e saldos acima, a empresa vai constatar a existência de um

- a) Ativo Circulante no valor de R\$ 2.280,00.
- b) Ativo Permanente no valor de R\$ 1.386,00.
- c) Passivo Circulante no valor de R\$ 1.986,00.
- d) Patrimônio Líquido no valor de R\$ 1.485,00.
- e) Ativo Total no valor de R\$ 4.020,00.

9 - A Empresa Comércio Local Ltda. executou transações com mercadorias e pessoal, das quais resultaram, na contabilidade, os seguintes saldos:

Estoque inicial de mercadorias	R\$ 12.500,00
Compras de mercadorias	R\$ 32.000,00
Vendas de mercadorias	R\$ 37.000,00
Estoque final de mercadorias	R\$ 20.500,00
ICMS sobre Compras	R\$ 4.800,00
ICMS a Recolher	R\$ 750,00
ICMS sobre Vendas	R\$ 5.550,00
Salários e Ordenados	R\$ 8.000,00
Encargos Trabalhistas	R\$ 960,00
Contribuições a Recolher	R\$ 1.600,00

Computando estes dados para fins da apuração dos resultados, vamos encontrar um

- a) Lucro bruto de R\$ 17.050,00.
- b) Lucro bruto de R\$ 13.000,00.
- c) Lucro bruto de R\$ 7.450,00.
- d) Lucro líquido de R\$ 3.290,00.
- e) Lucro líquido de R\$ 2.440,00.

10- A Sociedade Limítrofe S/A obteve, no ano de 2009, como Resultado Líquido do Exercício, um lucro no valor de R\$ 50.000,00 e mandou distribuí-lo da seguinte forma:

- 5% para constituição de reserva legal;
- 10% para constituição de reserva estatutária;
- 10% para participação estatutária de administradores;
- 25% para provisão para o Imposto de Renda;
- 50% para dividendos obrigatórios; e
- o restante para reservas de lucro.

Na destinação de resultados feita na forma citada, pode-se dizer que, para constituição da reserva legal, coube a importância de

- a) R\$ 2.500,00.
- b) R\$ 1.875,00.
- c) R\$ 1.687,50.
- d) R\$ 1.500,00.
- e) R\$ 1.375,00.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 11- Sobre os direitos fundamentais individuais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:
- a) a casa do indivíduo, enquanto seu domicílio, é violável, desde que mediante ordem judicial, durante a noite.
 - b) o direito de reunião pacífica não autoriza, sem prévia anuência expressa da autoridade pública de trânsito, a realização de manifestação coletiva, com objetivo de protesto contra a carga tributária, em via pública de circulação automobilística.
 - c) a liberdade de consciência autoriza o cidadão a se escusar do cumprimento de obrigação jurídica a todos imposta, desde que se submeta à correspondente prestação alternativa se assim previsto em lei.
 - d) o *habeas corpus*, o mais tradicional entre remédios constitucionais previstos na nossa vigente constituição, objetiva garantir a liberdade de locomoção e o direito líquido e certo de acesso à informação de interesse particular do correspondente paciente, quando, em qualquer dos casos, ameaçado por ato ilegal ou abusivo de autoridade pública.
 - e) a lei pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito desde que: (a) se trate, no caso, de lei complementar e (b) tal exclusão resulte imprescindível à implementação de medidas econômico-fiscais de relevante interesse público.
- 12- Acerca da configuração fundamental da cidadania brasileira na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é incorreto afirmar que:
- a) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe brasileiro (nato ou naturalizado) que ali se encontrasse a serviço oficial da República Federativa do Brasil.
 - b) podem ser brasileiros naturalizados os estrangeiros que, provenientes de países que tenham o português como língua nativa, residam no país, no mínimo, há um ano ininterrupto e não tenham pendente contra si qualquer desabono grave jurídico ou moral.
 - c) é privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - d) aos portugueses com residência permanente no país são assegurados os mesmos direitos constitucionalmente assegurados aos brasileiros naturalizados, desde que haja, em Portugal, reciprocidade em favor dos brasileiros ali residentes permanentemente.
 - e) o brasileiro nato não pode perder a cidadania brasileira.
- 13- Em torno da organização federativa brasileira, é incorreto afirmar que:
- a) a União, no exercício de suas competências tanto legislativas infra-constitucionais quanto administrativas, está subordinada às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tanto quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios.
 - b) são bens da União os recursos minerais do subsolo.
 - c) os estados se organizam pela constituição e pelas leis que adotarem, observados os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil.
 - d) a União, para preservar a autoridade de seus órgãos e agentes fiscais, pode intervir, em caráter excepcional e temporário, na administração de estado ou de município.
 - e) são bens dos estados as águas subterrâneas e as em depósito, salvo neste último caso e na forma da lei aquelas decorrentes de obras da União.
- 14- Sobre a repartição de competências entre os entes da federação brasileira (União, estados, Distrito Federal e municípios), é correto afirmar que:
- a) no âmbito das competências privativas da União para legislar, se inclui a disciplina sobre o direito do trabalho.
 - b) no âmbito das competências comuns, compete a todos os entes da federação brasileira legislar sobre registros públicos.
 - c) no âmbito das competências concorrentes, compete aos municípios a fixação de normas gerais nacionais sobre o exercício de suas competências administrativas próprias.
 - d) no âmbito das competências concorrentes, compete à União a fixação de normas gerais, nacionais ou regionais, e aos estados, a deliberação legislativa sobre a admissão ou não, no seu território, daquelas normas gerais.
 - e) aos municípios e ao Distrito Federal, compete legislar sobre os assuntos de interesse local, inclusive o serviço público de distribuição de energia elétrica, podendo suplementar, no âmbito de sua competência, as legislações federal e estadual competentes.

15- Sobre a lei complementar nacional de normas gerais de direito tributário, a que se refere o art. 146 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é incorreto afirmar que:

- a) cabe a ela dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, inclusive entre municípios.
- b) cabe a ela regular as hipóteses de imunidade.
- c) cabe a ela definir, em relação ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, a respectiva base de cálculo.
- d) cabe a ela definir, em relação às taxas em razão do exercício do poder de polícia, os respectivos contribuintes.
- e) cabe a ela estabelecer normas gerais em matéria de obrigação, lançamento e crédito tributários.

16- Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar que:

- a) apenas mediante lei é possível instituir ou aumentar tributo.
- b) nos tributos de competência da União, não se admitem discriminações regionais ou locais com relação aos mesmos fatos geradores ou bases de cálculo.
- c) as fundações públicas instituídas pela União são imunes de impostos estaduais.
- d) a imunidade recíproca de impostos entre os entes da federação brasileira abrange todas as rendas de todos eles, salvo se decorrentes de ganhos em aplicações financeiras.
- e) inclusive conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a imunidade dos “templos de qualquer culto” tem interpretação ampla e finalística.

17- Sobre os tributos de competência da União, é incorreto afirmar que:

- a) relativamente ao imposto sobre produtos industrializados, é facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em decreto, alterar as respectivas alíquotas.
- b) o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios de generalidade, universalidade e progressividade, na forma da lei.
- c) o imposto sobre propriedade territorial rural não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel.
- d) compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

e) compete à União instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário próprio a eles.

18- Sobre os tributos de competência dos estados, e do Distrito Federal, é incorreto afirmar que:

- a) relativamente ao imposto sobre transmissão *causa mortis*, compete ele, relativamente a bens móveis, ao estado onde se processar o inventário ou arrolamento.
- b) relativamente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, cabe à respectiva incidência, na forma da respectiva lei complementar, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- c) relativamente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.
- d) relativamente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, cabe aos estados e ao Distrito Federal, na forma das respectivas leis ordinárias, deliberar sobre a concessão e a revogação de reduções discriminadas de base de cálculo.
- e) relativamente ao imposto sobre propriedade de veículos automotores, suas alíquotas mínimas nacionais, que poderão ser diferenciadas em função do tipo e utilização do veículo, serão fixadas pelo Senado Federal.

19- Sobre os tributos de competência dos municípios, e do Distrito Federal, é incorreto afirmar que:

- a) relativamente ao imposto predial e territorial urbano, poderá ser progressivo tanto para fins de realização da política urbana fixada no respectivo plano diretor quanto em razão do valor do imóvel.
- b) relativamente ao imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa física em realização de capitalização.
- c) relativamente ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, não incide sobre os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

- d) poderá ser instituída contribuição, mediante lei, para o custeio do serviço de iluminação pública.
- e) compete a eles instituir taxas em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos de interesse local, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

20- Sobre a repartição da arrecadação tributária prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que:

- a) pertence aos estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias, pelas fundações que instituírem e mantiverem e pelas empresas públicas e sociedades de economia mista que controlarem.
- b) pertence aos municípios a totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- c) pertence aos municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do respectivo estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- d) a União entregará, do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
- e) a nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a cinquenta por cento do montante do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados entregue pela União proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha estabelecido.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21- O princípio da isonomia tributária, previsto no art. 150, inciso II, da Constituição, proíbe o tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente. Entretanto, tal princípio exige a sua leitura em harmonia com os demais princípios constitucionais. Destarte, pode-se concluir, exceto, que:

- a) em matéria tributária, as distinções podem se dar em função da capacidade contributiva ou por razões extrafiscais que estejam alicerçadas no interesse público.
- b) relativamente às microempresas e empresas de pequeno porte, a Constituição prevê que lhes seja dado tratamento diferenciado e favorecido, por lei complementar, inclusive com regimes especiais ou simplificados.
- c) a sobrecarga imposta aos bancos comerciais e às entidades financeiras, no tocante à contribuição previdenciária sobre a folha de salários, não fere o princípio da isonomia tributária, ante a expressa previsão constitucional.
- d) determinado segmento econômico prejudicado por crise internacional que tenha fortemente atingido o setor não permite tratamento tributário diferenciado sem ofensa ao princípio da isonomia.
- e) a proibição de importação de veículos usados não configura afronta ao princípio da isonomia.

22- No tocante aos tratados internacionais em matéria tributária, pode-se afirmar que:

- a) uma vez internalizados, se sobrepõem às normas internas, inclusive da Constituição Federal.
- b) para terem aplicabilidade no âmbito federativo federal, estadual e municipal, necessitam de ratificação pelas respectivas Casas Legislativas.
- c) podem operar modificações na legislação tributária interna, desde que ratificados por meio de decreto legislativo.
- d) não podem dispor sobre isenções internas.
- e) somente podem alterar a legislação interna federal.

23- Em matéria tributária, são privativas de lei complementar, exceto:

- a) instituição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição Federal, dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- b) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- c) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
- e) instituição, por parte da União, de novos impostos, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

24- Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário. Com base nessa afirmativa, julgue os itens a seguir:

- I. lei que institui incentivo fiscal para as empresas que contratarem apenados e egressos é de natureza tributária, sendo, portanto, constitucional lei estadual com tal conteúdo;
- II. lei estadual pode estabelecer alíquotas diferenciadas em razão do tipo do veículo, já que os estados-membros estão legitimados a editar normas gerais referentes ao IPVA, no exercício da competência concorrente prevista no art. 24, § 3º, da Constituição;
- III. é possível ao estado conceder, mediante lei, isenção de tributo de sua competência, visto que está atuando nos limites de sua autonomia.

Estão corretos:

- a) apenas o item I.
- b) apenas os itens I e II.
- c) apenas os itens I e III.
- d) apenas os itens II e III.
- e) todos os itens estão corretos.

25- O art. 150, inciso I, da Constituição Federal, dispõe que, sem prejuízo de outras garantias asseguradas aos contribuintes, é vedado aos entes tributantes exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. Tal afirmativa permite-nos concluir que a lei que veicula a norma tributária impositiva deverá conter os aspectos indispensáveis para que se possa determinar o surgimento e o conteúdo da obrigação tributária. Sobre tais aspectos, julgue os itens a seguir:

- I. aspecto material: descrição da situação geradora da obrigação tributária;
- II. aspecto espacial: onde a ocorrência da situação geradora da obrigação tributária será relevante;
- III. aspecto temporal: quando se deve considerar ocorrida a situação geradora da obrigação tributária;
- IV. aspecto pessoal: quem está obrigado ao pagamento (sujeito passivo), e em favor de quem (sujeito ativo);
- V. aspecto quantitativo: qual o montante devido da obrigação tributária.

Estão corretos:

- a) apenas os itens I, IV e V.
- b) apenas os itens I, II e V.
- c) apenas os itens I, III, IV e V.
- d) apenas os itens III, IV e V.
- e) todos os itens estão corretos.

26- Sobre a imunidade constitucional recíproca, que veda a instituição e a cobrança de impostos pelos entes tributantes sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros, é incorreto afirmar que:

- a) a imunidade tributária recíproca alcança apenas as finalidades essenciais da entidade protegida. O reconhecimento da imunidade tributária às operações financeiras não impede a autoridade fiscal de examinar a correção do procedimento adotado pela entidade imune. Constatado desvio de finalidade, a autoridade fiscal tem o poder-dever de constituir o crédito tributário e de tomar as demais medidas legais cabíveis.
- b) a imunidade tributária recíproca é extensiva às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- c) a imunidade constitucional recíproca alcança as empresas públicas prestadoras de serviço público, bem como as empresas públicas que exercem atividade econômica em sentido estrito.

- d) a imunidade tributária recíproca diz respeito aos impostos, não alcançando as contribuições.
- e) a imunidade tributária recíproca aplica-se às operações de importação de bens realizadas por municípios, quando o ente público for o importador do bem (identidade entre o 'contribuinte de direito' e o 'contribuinte de fato').

27- Sobre as taxas, é incorreto afirmar que:

- a) diferentemente dos impostos, cuja característica marcante é a desvinculação da receita a uma finalidade determinada, a taxa é o tributo vinculado por excelência, isto é, só é devido pelo contribuinte se houver contraprestação por parte do ente estatal que a houver instituído.
- b) preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias, e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.
- c) a Constituição Federal dá o conceito de taxa como sendo o tributo instituído pela União, estados, Distrito Federal e municípios, em razão do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- d) o serviço prestado ou posto à disposição, que permite a instituição de uma taxa, é sempre estatal, podendo, excepcionalmente, ser serviço prestado por empresa privada.
- e) somente o poder de polícia específico é passível de estipêndio por meio de taxas; e mesmo assim exige-se que seja divisível e mensurável.

28- Sobre o ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza –, de competência dos municípios, e sobre a lei complementar a que alude o art. 156, inciso II, da Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) está ele jungido à norma de caráter geral, vale dizer, à lei complementar que definirá os serviços tributáveis.
- b) esta lei complementar pode, no entanto, definir como tributáveis pelo ISS serviços que, ontologicamente, não sejam serviços.
- c) no conjunto de serviços tributáveis pelo ISS, a lei complementar definirá aqueles sobre os quais poderá incidir o mencionado imposto.
- d) a lei complementar, definindo os serviços sobre os quais incidirá o ISS, realiza a sua finalidade principal, que é afastar os conflitos de competência, em matéria tributária, entre as pessoas políticas.

- e) referida lei complementar vai ao encontro do pacto federativo, princípio fundamental do Estado e da República.

29- Sobre o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços –, julgue os itens a seguir:

- I. Resolução do Senado Federal estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação;
- II. será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro estado ou pelo Distrito Federal, e poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;
- III. incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;
- IV. sua isenção ou não-incidência, salvo disposição de lei em contrário, não acarreta a anulação do crédito relativo às operações anteriores;
- V. não incidirá sobre operações que destinem mercadorias ao exterior, bem como sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.

Estão corretos:

- a) apenas os itens I, II e IV.
- b) apenas os itens I, III e V.
- c) apenas os itens I, IV e V.
- d) apenas os itens II, III e V.
- e) todos os itens estão corretos.

30- Consoante decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana –, na ordem constitucional atual, julgue os itens a seguir:

- I. o efeito extrafiscal ou a calibração do valor do tributo de acordo com a capacidade contributiva não são obtidos apenas pela modulação da alíquota. O escalonamento da base de cálculo pode ter o mesmo efeito. Ao associar o tipo de construção (precário, popular, médio, fino e luxo) ao escalonamento crescente da avaliação do valor venal do imóvel, pode-se graduar o valor do tributo de acordo com índice hábil à mensuração da frivolidade ou da essencialidade do bem, além de lhe conferir mais matizes para definição da capacidade contributiva;
- II. é inconstitucional a lei do município que reduz o imposto predial urbano sobre imóvel ocupado pela residência do proprietário, que não possua outro;
- III. a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano em alíquotas diferenciadas em razão da destinação dos imóveis não afronta a Constituição da República.

Estão corretos:

- a) apenas os itens II e III.
- b) apenas os itens I e III.
- c) apenas os itens I e II.
- d) todos os itens estão corretos.
- e) nenhum item está correto.

31- De acordo com o disposto no art. 111, incisos I a III, do Código Tributário Nacional, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações acessórias. Tal disposição leva a concluir, exceto, que:

- a) A isenção de que goza a parte, relativa aos ganhos com a operacionalização da atividade empresarial, não abrange o resultado das aplicações financeiras por ela realizadas, uma vez que se interpreta literalmente a legislação tributária que disponha sobre a outorga de isenção.
- b) O disposto no art. 111, porém, não pode levar o aplicador do direito à absurda conclusão de que esteja ele impedido, no seu mister de apreciar e aplicar as normas de direito, de valer-se de uma equilibrada ponderação dos elementos lógico-sistemático, histórico e finalístico ou teleológico, os quais integram a moderna metodologia de interpretação das normas jurídicas.

- c) Apenas a concessão do parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário, e não o seu simples requerimento.
- d) A isenção tributária revela conveniência política, insuscetível, neste aspecto, de controle do Poder Judiciário, na concretização de interesses econômicos e sociais, estimulando e beneficiando determinadas situações merecedoras de tratamento privilegiado.
- e) Do referido dispositivo resulta não somente uma proibição à analogia, como também uma impossibilidade de interpretação mais ampla.

32- No tocante à interpretação da legislação tributária, julgue os itens a seguir:

- I. na ausência de disposição expressa, o aplicador da legislação tributária se valerá, sucessivamente, dos princípios gerais de direito tributário, dos princípios gerais de direito constitucional, da analogia e da equidade;
- II. a interpretação da legislação tributária se fará literalmente quando esta disponha sobre a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias;
- III. a lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito quando seja expressamente interpretativa;
- IV. exclusivamente para efeitos tributários, a lei pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, ainda que utilizados pela Constituição Federal para definir ou limitar competências tributárias.

Estão corretos apenas os itens:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e IV.

33- Em tema de responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir:

- I. sem prejuízo da responsabilidade tributária atribuída diretamente pelo Código Tributário Nacional, lei ordinária pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa sem vínculo com o fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação;
- II. a pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde integralmente pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
- III. os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado e os administradores de bens de terceiros são pessoalmente responsáveis pelos créditos da Fazenda Pública correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

Estão corretos:

- a) apenas o item I.
- b) apenas os itens I e II.
- c) apenas os itens II e III.
- d) apenas os itens I e III.
- e) todos os itens estão corretos.

34- Em relação ao domicílio tributário, é correto afirmar que:

- a) é definido pelo lugar dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que tenham dado origem à obrigação tributária, na impossibilidade de aplicação dos critérios de identificação indicados pelo Código Tributário Nacional.
- b) relativamente às pessoas jurídicas de direito público, será considerado como seu domicílio tributário aquele situado no município de maior relevância econômica da entidade tributante.
- c) quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, aquela que a autoridade administrativa assim eleger.
- d) este pode ser livremente eleito pelo sujeito passivo da obrigação tributária, não tendo a autoridade administrativa o poder de recusá-lo.
- e) quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, dependerá do local em que exerça com habitualidade suas atividades, independentemente do lugar da sua sede ou de cada estabelecimento.

35- O lançamento regularmente efetuado é revisto pela autoridade nas seguintes hipóteses, exceto:

- a) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- b) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado a declaração a que seja obrigada, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.
- c) quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
- d) quando a lei ou regulamento assim o determine.
- e) quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.

36- Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- a) o depósito de seu montante integral e a concessão de medida liminar em mandado de segurança, exclusivamente.
- b) o depósito de seu montante integral, a compensação e a concessão de liminar em mandado de segurança.
- c) a interposição de reclamações ou recursos administrativos, a prescrição, a decadência e concessão de liminar em mandado de segurança.
- d) o depósito de seu montante integral, o parcelamento, a concessão de liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial.
- e) a compensação, a transação, a concessão de medida liminar em mandado de segurança e a remissão.

37- O mandado de segurança tem ampla utilização em matéria tributária, sendo utilizado sempre que o contribuinte se sente ameaçado por uma imposição tributária que repute indevida. Sobre o mandado de segurança em matéria tributária, assinale a opção correta.

- a) A sentença que nega a segurança é de caráter declaratório negativo, cujos efeitos não retroagem à data da impetração. Assim, a cassação da liminar não permite a cobrança dos acréscimos moratórios, mas somente do montante principal do débito tributário.
- b) A concessão de medida liminar em mandado de segurança impede o Fisco de realizar atos tendentes à sua cobrança, tais como inscrevê-lo em dívida ativa, ajuizar execução fiscal e promover o seu lançamento.
- c) Os substituídos tributários têm legitimidade para pleitear, em mandado de segurança preventivo, o afastamento das regras reputadas ilegais de exigência de tributos ou contribuições, mas para que possam pleitear o ressarcimento por recolhimentos indevidos, mediante restituição ou compensação tributária, devem provar que suportaram o encargo tributário, ou seja, de que não repassaram o encargo para os consumidores finais.
- d) O mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- e) A liminar em mandado de segurança tem eficácia pelo prazo de noventa dias, prorrogável por mais trinta dias.

38- Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou decisão proferida em processo regular. Sobre a dívida ativa, julgue os itens a seguir:

- I. o termo de inscrição da dívida ativa (CDA) tem função precípua de materializar a dívida ativa tributária regularmente inscrita na repartição administrativa, instrumentalizando pela Fazenda Pública, ação executória fiscal pertinente;
- II. a inscrição em dívida ativa pressupõe prévio inadimplemento do contribuinte; entretanto, é necessária a prévia notificação deste para pagamento antes do ajuizamento da ação fiscal;
- III. tendo o contribuinte apurado e declarado o montante do tributo devido e, portanto confessado a obrigação correspondente, deveria ter efetuado o pagamento no prazo estipulado pela legislação fiscal. Não o realizando, o crédito tributário deve ser inscrito na Dívida Ativa da União;
- IV. a inscrição em dívida ativa (art. 201 do CTN), enquanto ato interno da Administração (controle de legalidade), não tem influência no curso do prazo prescricional e só se faz necessária em não havendo o adimplemento espontâneo da obrigação tributária.

Estão corretos:

- a) apenas os itens I, II e III.
- b) apenas os itens I, III e IV.
- c) apenas os itens I e II.
- d) apenas os itens II, III e IV.
- e) todos os itens estão corretos.

39- Sobre os empréstimos compulsórios, é incorreto afirmar que:

- a) o produto de sua arrecadação só pode ser aplicado para atender à despesa que tiver fundamentado a sua instituição.
- b) sua instituição só pode ser feita por meio de lei complementar.
- c) no caso de investimento público de relevante interesse nacional e de caráter urgente, não se aplica o princípio da anterioridade.
- d) a simples iminência de guerra externa pode justificar a instituição de empréstimos compulsórios.
- e) uma das hipóteses que autorizam sua instituição é a de calamidade pública.

40- A Constituição Federal prevê o tratamento diferenciado e favorecido para micro-empresas e para as empresas de pequeno porte, abrangendo determinados tributos federais, e podendo ainda se estender a impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Este regime, consoante a Constituição, obedecerá às seguintes regras, exceto:

- a) será opcional para o contribuinte.
- b) não poderá ter condições de enquadramento diferenciadas por estado.
- c) terá seu recolhimento unificado e centralizado.
- d) a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento.
- e) sua arrecadação, fiscalização e cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

41- Os impostos do município do Rio de Janeiro não incidem sobre, exceto:

- a) o patrimônio da União.
- b) o patrimônio de empresa pública federal.
- c) o patrimônio do estado do Rio de Janeiro.
- d) o patrimônio de autarquia federal.
- e) o patrimônio do Distrito Federal situado no município do Rio de Janeiro.

42- De acordo com a legislação do município do Rio de Janeiro, o ISSQN não incide sobre, exceto:

- a) a remuneração dos diretores de sociedades.
- b) os serviços dos trabalhadores avulsos, definidos em lei.
- c) os serviços de profissionais liberais.
- d) a remuneração dos conselheiros fiscais de sociedades.
- e) a prestação de serviços sob relação de emprego.

43- Sobre a base de cálculo do ISSQN, assinale a opção incorreta.

- a) A base de cálculo é o preço do serviço, nele não se computando eventual abatimento ou desconto.
- b) A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica inclusão, na base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado.
- c) Incluem-se na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviços, inclusive as relacionadas com a retenção periódica dos valores recebidos.
- d) Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante da sua conversão em moeda nacional, ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.
- e) Nas demolições, inclui-se no preço dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro ou em materiais provenientes do desmonte.

44- O ISSQN tem como fato gerador a prestação de serviços de, exceto:

- a) comunicações estritamente municipal.
- b) datilografia e estenografia.
- c) agentes de propriedade industrial.
- d) transporte intermunicipal.
- e) desinfecção e higienização.

45- Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU:

- a) na data de publicação da lei que institui o tributo.
- b) no primeiro dia do exercício a que corresponder o tributo.
- c) na data do lançamento do tributo.
- d) no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado.
- e) na data de aniversário de aquisição da propriedade imobiliária.

46- Sobre o lançamento do IPTU, assinale a opção correta.

- a) É por declaração.
- b) É por declaração ou por homologação.
- c) É de ofício.
- d) É por homologação.
- e) É por declaração ou de ofício.

47- Para efeitos do IPTU, assinale a opção em que há ao menos dois melhoramentos necessários para que o imóvel seja considerado de zona urbana.

- a) Coleta de lixo e abastecimento de água.
- b) Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais, e escola primária a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
- c) Sistema de esgotos sanitários e coleta de lixo.
- d) Rede de iluminação pública, com ou sem postea-mento para distribuição domiciliar, e posto policial a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
- e) Posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado e coleta de lixo.

48- A respeito do ITBI e de seu fato gerador, assinale a opção correta.

- a) É fato gerador do ITBI, de competência municipal, a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.
- b) É fato gerador do ITBI, de competência estadual, a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, inclusive os direitos reais de garantia.
- c) É fato gerador do ITBI, de competência estadual, a transmissão, a qualquer título, da propriedade de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil.
- d) É fato gerador do ITBI, de competência municipal, a cessão de direito à transmissão, a qualquer título, do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil.
- e) É fato gerador do ITBI, de competência estadual, a cessão de direito à transmissão de direitos reais de garantia sobre imóveis.

49- João e Lucas resolvem constituir uma sociedade limitada para exploração da atividade de comércio varejista e, para tanto, Lucas transfere um imóvel de sua propriedade para a pessoa jurídica, a título de integralização de sua parte do capital social. Considerando esse fato e a disciplina do ITBI, marque a opção incorreta.

- a) A transmissão imobiliária descrita no enunciado não sofre a incidência do ITBI.
- b) Caso a sociedade de Lucas e João se funda à outra sociedade, haverá a incidência do ITBI.
- c) Caso a sociedade de Lucas e João seja dissolvida e o imóvel retorne à propriedade de Lucas, não haverá incidência do ITBI.
- d) Caso o imóvel da sociedade seja alienado a um terceiro, haverá incidência do ITBI.
- e) Caso a sociedade de Lucas e João seja dissolvida e o imóvel seja transferido a João, haverá incidência do ITBI.

50- Assinale a opção que contém tributos que podem ser cobrados pelo município do Rio de Janeiro.

- a) Contribuição de melhoria, contribuição de intervenção no domínio econômico e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.
- b) Contribuição para o regime previdenciário dos servidores municipais, contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas e contribuição de melhoria.
- c) Contribuição social, contribuição para o regime previdenciário dos servidores municipais e contribuição de intervenção no domínio econômico.
- d) Contribuição para o regime de previdência dos servidores municipais, contribuição de melhoria e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.
- e) Contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas, contribuição de intervenção no domínio econômico e contribuição sindical.

51- Com respeito à taxa de licença para estabelecimento, assinale a opção incorreta.

- a) Considera-se estabelecimento o conjunto de bens organizado, para o exercício da empresa, por empresário ou sociedade empresária.
- b) Considera-se estabelecimento qualquer local onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades.
- c) Consideram-se estabelecimentos distintos os que, embora no mesmo local, ainda que com atividade idêntica, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas.
- d) Constitui obrigação acessória de taxa o dever de manutenção do alvará em local de fácil acesso e em bom estado de conservação.
- e) A licença poderá ser cassada, a qualquer tempo, pela autoridade competente, sempre que o exercício da atividade violar a legislação vigente.

52- Sobre a taxa de obras em áreas particulares, é incorreto afirmar que:

- a) é contribuinte da taxa o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel em que se executam as obras.
- b) decorre do exercício do poder de polícia do município.
- c) tem, por fato gerador, a prestação de serviço público consistente na realização de obras em áreas particulares.
- d) respondem, a título solidário com o sujeito passivo da taxa, quanto ao pagamento desta e à observância das posturas municipais, as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelos projetos ou por sua execução.

e) a renovação ou o conserto de revestimento de fachada de imóvel está isento da taxa de obras em áreas particulares.

53- Sobre a taxa de fiscalização de cemitérios, marque a opção incorreta.

- a) A taxa de fiscalização de cemitérios tem como fato gerador o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, do controle das instalações e atividades das permissionárias de cemitérios particulares e das concessionárias que administram cemitérios públicos.
- b) A taxa será devida por sepultamento, excluídos os de indigentes ou de pessoas carentes, assim definidos em atos do Poder Executivo.
- c) A taxa será devida sobre o valor do contrato instituindo direitos sobre sepulturas, ossuários e nichos.
- d) O pagamento da taxa deverá ser feito até o final do mês seguinte ao da ocorrência do sepultamento ou da assinatura de contrato instituindo direitos sobre sepulturas, ossuários e nichos.
- e) A falta de pagamento da taxa, no todo ou em parte, na forma ou no prazo fixados pela legislação, quando apurada por meio de procedimento administrativo, sujeitará o infrator à multa de 50% sobre o valor exigível, sem prejuízo da correção monetária e dos acréscimos moratórios.

54- O fato gerador da Taxa de Uso de Área Pública é:

- a) o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, de autorização, vigilância e fiscalização, visando a disciplinar a ocupação de vias e logradouros públicos, para a prática de qualquer atividade.
- b) a prestação de serviço, pelo Poder Público Municipal, de fornecimento de autorização para ocupação de vias e logradouros públicos, para a prática de qualquer atividade.
- c) a prestação de serviço, pelo Poder Público Municipal, de concessão de autorização para a ocupação de edifício público, para fins residenciais.
- d) o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, de autorização e fiscalização, visando a disciplinar a ocupação de vias e logradouros públicos, para fins residenciais.
- e) o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, de autorização, visando a disciplinar a ocupação de vias e logradouros públicos, para a prática de qualquer atividade.

- 55- Não são contribuintes da Taxa de Licença para Estabelecimento, exceto:
- a) associações.
 - b) missões diplomáticas.
 - c) partidos políticos.
 - d) autarquias.
 - e) estados.
- 56- Sobre as penalidades em geral no Código Tributário do Município do Rio de Janeiro, assinale a opção incorreta.
- a) As autoridades administrativas que tiverem conhecimento do crime de sonegação fiscal remeterão ao Ministério Público os elementos comprobatórios da infração, com vistas à instrução do procedimento criminal.
 - b) Não será considerado infrator aquele que se encontrar na pendência de consulta, regularmente apresentada.
 - c) As infrações de caráter formal serão apenadas, ainda que concorram para o agravamento de infração relativa à obrigação principal.
 - d) As notificações relativas às ações dos funcionários fiscais poderão ser entregues pessoalmente ou por via postal, nos prazos regulados pela legislação.
 - e) Aqueles que colaborarem em atos visando à sonegação de tributos ficarão sujeitos à multa idêntica à impositiva ao beneficiário da sonegação.
- 57- Mediante intimação escrita são obrigados a prestar, à fiscalização municipal, as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, exceto:
- a) tabeliães.
 - b) inventariantes.
 - c) despachantes oficiais.
 - d) escriturários.
 - e) advogados.
- 58- Sobre a responsabilidade dos sucessores no Código Tributário do Município do Rio de Janeiro, marque a opção incorreta.
- a) É pessoalmente responsável o adquirente ou remitente pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
 - b) O espólio é responsável pelos tributos devidos pelo falecido até a data da abertura da sucessão.
 - c) A pessoa jurídica de direito privado, que resultar de fusão, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas.
 - d) No caso de arrematação do bem em hasta pública, a sub-rogação no tributo ocorre sobre o preço de mercado do bem.
 - e) A pessoa jurídica de direito privado, que resultar de incorporação, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pela pessoa jurídica incorporada.
- 59- De acordo com o Código Tributário do Município do Rio de Janeiro, quanto à obrigação tributária, marque a opção incorreta.
- a) A obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações positivas ou negativas nela previstas, de interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
 - b) A obrigação tributária é principal ou acessória.
 - c) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento do tributo ou da penalidade respectivos.
 - d) A obrigação principal extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
 - e) A obrigação acessória nasce com a ocorrência do fato gerador e se extingue juntamente com o crédito dela decorrente.
- 60- Sobre o crédito tributário no âmbito do município do Rio de Janeiro, marque a opção correta.
- a) O recolhimento da importância referida na guia de pagamento exonera o contribuinte de qualquer diferença que venha a ser apurada.
 - b) Constituem dívida ativa os créditos de Fazenda Municipal, tributárias ou não, independentemente de inscrição, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, por lei ou por decisão final proferida em processo regulador.
 - c) A inscrição em dívida ativa interrompe a prescrição do crédito tributário.

- d) Nos casos em que o sujeito passivo tenha direito à restituição, ficará a importância a ser restituída sujeita à correção monetária a partir da data do respectivo requerimento.
- e) Em caso de mora do sujeito passivo, as multas penais proporcionais e os acréscimos moratórios previstos na legislação municipal serão aplicados sobre o valor corrigido do tributo.

AUDITORIA

61- A respeito dos objetivos da auditoria interna e da auditoria independente, é correto afirmar que:

- a) o objetivo da auditoria interna é apoiar a administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos, enquanto o da auditoria independente é a emissão de parecer sobre as demonstrações contábeis.
- b) a auditoria interna se preocupa em avaliar os métodos e as técnicas utilizadas pela contabilidade, enquanto a auditoria externa cuida de revisar os lançamentos e demonstrações contábeis.
- c) a atuação de ambas não difere na essência uma vez que os objetivos da avaliação é sempre a contabilidade.
- d) a auditoria interna cuida em verificar os aspectos financeiros da entidade, enquanto a auditoria externa se preocupa com os pareceres a respeito das demonstrações contábeis.
- e) o objetivo da auditoria interna é produzir relatórios demonstrando as falhas e deficiências dos processos administrativos e os da auditoria externa é emitir parecer sobre a execução contábil e financeira da entidade.

62- Assinale a opção falsa a respeito dos assuntos que, se bem equacionados, ajudam o auditor a reduzir o risco de detecção em uma auditoria.

- a) Formação de equipes de trabalho com pessoal preparado.
- b) Revisão e supervisão dos trabalhos de auditoria realizados.
- c) Aplicação do ceticismo profissional.
- d) Planejamento adequado dos trabalhos de auditoria.
- e) Diminuição do escopo de exame e redução do número de transações.

63- Para a obtenção de informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade, o procedimento de auditoria a ser aplicado é:

- a) inspeção.
- b) observação.
- c) revisão analítica.
- d) confirmação.
- e) solicitação de informações.

64- Avalie, se verdadeiro ou falso, os itens a seguir a respeito do uso de amostragem estatística em auditoria e assinale a opção que indica a sequência correta.

- I. O nível de risco que o auditor está disposto a aceitar não afeta o tamanho da amostra exigido em razão da existência de outros controles a serem utilizados;
 - II. O auditor seleciona itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada;
 - III. Existem outros riscos não resultantes da amostragem tais como o uso de procedimentos de auditoria não apropriados;
 - IV. Para os testes de controle, uma taxa de desvio da amostra inesperadamente alta pode levar a um aumento no risco identificado de distorção relevante.
- a) V, V, F, V
 - b) F, V, V, V
 - c) V, V, V, F
 - d) F, F, F, V
 - e) V, F, V, F

65- A respeito do uso de especialista de outra área em auditoria, é correto afirmar, exceto:

- a) na avaliação do trabalho do especialista, não cabe ao auditor revisar ou testar a fonte de dados utilizada.
- b) na emissão de parecer sem ressalva, o auditor não pode fazer referência ao trabalho de especialista no seu parecer.
- c) a certificação profissional, licença ou registro em órgão de classe é um dos elementos de verificação da competência do especialista.
- d) a responsabilidade, quanto à qualidade e propriedade das premissas e métodos utilizados, é do especialista e não do auditor.
- e) É atribuição do auditor obter evidência adequada de que o alcance do trabalho do especialista é suficiente para os fins da auditoria.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

66- No Processo Administrativo Tributário, é assegurado o direito de petição aos interessados na prática de algum ato, ou na solicitação para a apreciação de alguma matéria. Tal garantia, além de ter assento constitucional, é regulamentada em legislação própria do município do Rio de Janeiro. Sobre as petições, nesta legislação, é incorreto afirmar que:

- a) na petição que tiver por finalidade a impugnação do valor exigido, o requerente deverá declarar o que reputar correto.
- b) é vedado reunir, na mesma petição, matéria referente a tributos diversos, bem como impugnação ou recurso relativo a mais de um lançamento; se aceita, todavia, caso o pedido se refira a matéria relativa ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e a contribuição administrada pela mesma Secretaria, cujo lançamento possa resultar afetado pela questão levantada.
- c) versando a petição sobre Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, devem ser indicados o número da inscrição imobiliária do respectivo cadastro e o endereço do imóvel, sendo facultado ao requerente comunicar ao órgão por onde estiver tramitando o processo qualquer alteração em tais dados de identificação.
- d) a critério dos titulares dos órgãos lançadores ou julgadores, poderão ser autuados ou reunidos num único processo as impugnações ou os recursos relativos a mais de um lançamento do mesmo tributo, em que seja parte um mesmo sujeito passivo e desde que os fundamentos de fato e de direito dos pedidos sejam idênticos para todos os lançamentos questionados.
- e) é vedada a qualquer servidor a recusa do recebimento de petição; esta, no entanto, será indeferida de plano quando for manifestamente inepta ou quando a parte for ilegítima.

67- Sobre o tema das espécies de prova admissíveis no processo administrativo tributário, analise os itens que se seguem, classificando-os como falsos(F) ou verdadeiros(V). Após, escolha a opção correta.

- I. Compete ao sujeito passivo produzir as provas que justifiquem, ao tempo do ato ou fato, a sua pretensão, pelos meios permitidos ou tecnicamente aceitos para demonstração do valor venal de imóveis, cumprindo à autoridade administrativa indicar aquelas que julgue indispensáveis à formação de seu convencimento, e para tanto deferindo o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por igual período;
- II. No caso do deferimento de perícia por parte da autoridade lançadora, esta fixará prazo para a sua realização, que atenderá ao seu grau de complexidade, não podendo, porém, ser superior a 60 (sessenta) dias;
- III. As declarações constantes dos autos, termos e demais escritos firmados pelo servidor competente para a prática do ato gozam de presunção de veracidade, admitida prova em contrário;
- IV. As diligências, inclusive perícias, serão ordenadas pela autoridade julgadora, de ofício, ou a requerimento do sujeito passivo e realizadas pela Coordenadoria do tributo correspondente;
- V. À Fazenda cabe o ônus da prova de ocorrência do fato gerador da obrigação tributária; ao impugnante, o de inoccorrência do fato gerador, bem como as hipóteses de suspensão, extinção ou exclusão do crédito exigido.
 - a) V, F, F, V, V.
 - b) F, V, V, F, V.
 - c) F, V, V, V, F.
 - d) V, V, V, F, V.
 - e) V, F, V, F, V.

68- Sobre o Procedimento Prévio de Ofício, assinale a opção incorreta.

- a) O Procedimento Prévio de Ofício, entre outras hipóteses, pode ter início pela lavratura de Termo de Arrecadação ou Apreensão, que será lavrado, sempre que possível, em Livro Fiscal previsto na respectiva legislação para esta finalidade; quando lavrado em separado, dele se entregará cópia autenticada pela Autoridade Administrativa que a proceder.
- b) Uma vez iniciado o Procedimento, fica excluída a espontaneidade da parte obrigada ao cumprimento das normas da legislação tributária.
- c) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável; porém, nos casos de lavratura de Auto de Constatação e Auto de Infração, por exemplo, mesmo quando desacompanhados do termo específico de início de fiscalização, dão início ao procedimento de ofício.
- d) O procedimento alcança todos que estejam direta ou indiretamente envolvidos e somente abrange os atos que o precederem, salvo se a infração for de natureza formal permanente, caso em que se estenderá até o encerramento da ação fiscal.
- e) No caso do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, considera-se espontâneo o atendimento aos programas de acompanhamento por sistemas eletrônicos de sua arrecadação, desde que o contribuinte, tempestivamente, forneça todas as informações e elementos solicitados pela repartição fiscal competente e promova o recolhimento de eventuais diferenças de tributo apuradas, com os acréscimos legais, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que for cientificado dessas ocorrências.

69- O lançamento, que é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, a determinar a matéria tributável, a calcular o montante do tributo devido, a identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, a propor a aplicação da penalidade cabível, pode ser revisto de ofício pela autoridade fazendária. São hipóteses em que a legislação tributária do município do Rio de Janeiro admite a sua revisão de ofício, exceto:

- a) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha apresentado declaração no prazo e forma previstos na legislação tributária, deixar de atender, dentro do prazo previsto, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recusar-se a prestá-lo ou não o prestar satisfatoriamente, a juízo dessa autoridade.
- b) quando ficarem comprovadas a ação ou a omissão do sujeito passivo que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária, excluídas as ações ou omissões dos terceiros legalmente obrigados.
- c) quando ficarem comprovados a falsidade, o erro ou a omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- d) quando ficar comprovado que, em lançamento anterior, tenha ocorrido fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.
- e) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião de lançamento anterior.

70- Uma vez que o contribuinte interessado apresente impugnação, nas hipóteses previstas na legislação tributária do município do Rio de Janeiro, considera-se instaurado o litígio tributário, para todos os efeitos legais. Sobre a impugnação, é correto afirmar que:

- a) a impugnação suspende a exigibilidade do crédito, mas não afasta a incidência de acréscimos moratórios sobre o tributo.
- b) a impugnação que não contiver os requisitos legais, tais como o valor do tributo sobre o qual se discute ou os elementos que permitam seu cálculo, entre outros, será indeferida de plano pela autoridade julgadora.
- c) versando a impugnação somente sobre parte da imposição tributária, sobre a parte não impugnada não paga, à vista ou parceladamente, serão adotadas providências para a inscrição do correspondente crédito em dívida ativa.
- d) apresentada a impugnação, o titular do órgão lançador a examinará quanto ao cumprimento dos prazos e, sendo intempestiva, deverá negar-lhe seguimento, sendo que desta decisão não caberão recurso ou pedido de reconsideração.
- e) poderá, a critério da autoridade julgadora, ser reaberto prazo para impugnação, se da realização de diligência ou perícia resultar alteração da imposição tributária inicial ou do indébito.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br